

"Vereador Rubens Xavier de Lima"

Estado de São Paulo

Rua Maurício Barbosa Tavares Elias, 314–18150-000 – Ibiúna – SP., - Fone/Fax: (15) 3241-1266 www.ibiuna.sp.leg.br - e-mail: fale@ibiuna.sp.leg.br

PROJETO DE LEI Nº 116 / 2025

APROVADO
CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA
TURÍSTICA DE IBIÚNA
EM 206 DE 202

"Disciplina o transporte de animais domésticos de pequeno e médio porte no sistema de transporte público coletivo municipal e dá outras providências."

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- **Art. 1º.** Fica autorizado o transporte de animais domésticos de pequeno e médio porte nos veículos do sistema de transporte público coletivo municipal, observadas as condições estabelecidas nesta Lei.
 - § 1º Para os efeitos desta Lei, consideram-se:
- I animais de pequeno porte: aqueles com peso de até 10 kg (dez quilogramas);
- II animais de médio porte: aqueles com peso entre 10,1 kg (dez quilogramas e cem gramas) e 25 kg (vinte e cinco quilogramas);
- III transporte público coletivo municipal: ônibus e demais veículos operados mediante concessão ou permissão do Poder Público Municipal.
 - § 2º É permitido o transporte de apenas 1 (um) animal por passageiro adulto.

CAPÍTULO II

DA CARTEIRA DE AUTORIZAÇÃO PARA TRANSPORTE DE ANIMAIS



"Vereador Rubens Xavier de Lima"

Estado de São Paulo

Rua Maurício Barbosa Tavares Elias, 314–18150-000 – Ibiúna – SP., - Fone/Fax: (15) 3241-1266 www.ibiuna.sp.leg.br - e-mail: fale@ibiuna.sp.leg.br

Art. 2º. O transporte de animais nos veículos de transporte público coletivo municipal somente será permitido mediante apresentação da Carteira de Autorização para Transporte de Animais (CATA), expedida pelo Canil da Guarda Civil Municipal.

Art. 3º. São requisitos para obtenção da CATA:

- I comprovação de que o animal possui Registro Geral Animal (RGA) ativo no município;
- II comprovação de implantação de microchip, cujo número deverá constar no RGA;
- III apresentação de atestado de saúde animal emitido pelo Centro de Controle de Zoonoses ou médico-veterinário credenciado, comprovando:
- a) vacinação antirrábica em dia;
- b) vacinação polivalente (V8 ou V10 para cães) em dia;
- c) ausência de doenças infectocontagiosas ou parasitárias transmissíveis;
- IV avaliação comportamental do animal realizada pela equipe técnica do Canil da Guarda Civil Municipal, atestando:
- a) sociabilização adequada com pessoas e outros animais;
- b) obediência a comandos básicos (sentar, ficar, deitar);
- c) ausência de comportamento agressivo ou reativo excessivo.
 - § 1º O tutor deverá assinar Termo de Responsabilidade declarando:
- a) a veracidade de todas as informações e documentos apresentados;
- b) ciência de que o animal somente poderá ingressar no transporte público portando coleira antipulgas e anticarrapatos;



"Vereador Rubens Xavier de Lima"

Estado de São Paulo

Rua Maurício Barbosa Tavares Elias, 314–18150-000 – Ibiúna – SP., - Fone/Fax: (15) 3241-1266 www.ibiuna.sp.leg.br - e-mail: fale@ibiuna.sp.leg.br

c) responsabilidade civil por eventuais danos causados pelo animal durante o transporte.

§ 2º A avaliação comportamental prevista no inciso IV será realizada mediante agendamento prévio, observando-se protocolo técnico estabelecido em regulamento.

Art. 4º A CATA terá validade de 12 (doze) meses, devendo ser renovada anualmente.

Parágrafo único. Para renovação da CATA, o tutor deverá apresentar:

I – carteira de vacinação atualizada;

II – comprovante de manutenção do RGA ativo;

III – nova avaliação comportamental do animal, se solicitada pela autoridade competente.

CAPÍTULO III

DAS CONDIÇÕES PARA O TRANSPORTE

Art. 5º Durante o transporte, deverão ser observadas as seguintes condições:

I – o animal deverá estar usando coleira antipulgas e anticarrapatos;

 II – o animal deverá permanecer junto ao tutor, preferencialmente no colo ou aos seus pés;



"Vereador Rubens Xavier de Lima"

Estado de São Paulo

Rua Maurício Barbosa Tavares Elias, 314–18150-000 – Ibiúna – SP., - Fone/Fax: (15) 3241-1266 www.ibiuna.sp.leg.br - e-mail: fale@ibiuna.sp.leg.br

III – cães de médio porte deverão usar focinheira adequada ao tamanho e raça;

 IV – o tutor deverá portar a CATA original e apresentá-la sempre que solicitado pela fiscalização;

V - é vedado o transporte de animais em horários de pico, assim definidos:

- a) das 6h às 9h;
- b) das 16h às 19h.

§ 1º O motorista ou cobrador poderá recusar o embarque do animal caso:

- a) o veículo já transporte o número máximo de 2 (dois) animais simultaneamente;
- b) o animal demonstre comportamento agressivo ou descontrolado;
- c) não sejam cumpridas as condições estabelecidas nesta Lei.

§ 2º Os animais não poderão ocupar assentos destinados a passageiros.

CAPÍTULO IV

DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 6º Constituem infrações administrativas:

- I transportar animal sem a CATA: multa de 0,5 UFMI;
- II prestar informações falsas para obtenção da CATA: multa de 2 UFMI e suspensão do documento por 6 (seis) meses;
- III transportar animal sem coleira antipulgas/anticarrapatos: multa de 0,3 UFMI;
- IV transportar animal em horário de pico: multa de 0,5 UFMI;
- V permitir que o animal ocupe assento de passageiro: advertência na primeira ocorrência e multa de 0,3 UFMI nas reincidências.



"Vereador Rubens Xavier de Lima"

Estado de São Paulo

Rua Maurício Barbosa Tavares Elias, 314–18150-000 – Ibiúna – SP., - Fone/Fax: (15) 3241-1266 www.ibiuna.sp.leg.br - e-mail: fale@ibiuna.sp.leg.br

Parágrafo único. Em caso de reincidência, as multas serão aplicadas em dobro.

Art. 7º O tutor responderá civilmente por eventuais danos causados pelo animal a passageiros, funcionários ou ao patrimônio da empresa concessionária.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 8º Ficam isentos das exigências desta Lei:

 I – cães-guia que acompanhem pessoas com deficiência visual, nos termos da legislação federal;

 II – cães de assistência que acompanhem pessoas com outras deficiências, devidamente identificados.

Art. 9º A Guarda Civil Municipal e o Centro de Controle de Zoonoses ficam autorizados a celebrar convênios com entidades de proteção animal e instituições de ensino para implementação do programa de avaliação comportamental.

Art. 10. As empresas concessionárias do transporte público municipal deverão:

I – capacitar motoristas e cobradores sobre as normas desta Lei;



"Vereador Rubens Xavier de Lima"

Estado de São Paulo

Rua Maurício Barbosa Tavares Elias, 314–18150-000 – Ibiúna – SP., - Fone/Fax: (15) 3241-1266 www.ibiuna.sp.leg.br - e-mail: fale@ibiuna.sp.leg.br

II – afixar, em local visível nos veículos, aviso sobre as regras para transporte de animais.

Art. 11. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 60 (sessenta) dias contados de sua publicação, estabelecendo:

I - modelo da CATA;

II – protocolo de avaliação comportamental;

III – procedimentos para agendamento e renovação;

IV – demais normas necessárias à sua execução.

Art. 12. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua regulamentação pelo Poder Executivo, observado o prazo máximo estabelecido no art. 11.

Sala das Sessões, Raimundo de Almeida Lima Ibiúna, 20 de junho de 2025.

Lucas Pires de Moraes

Vereador



"Vereador Rubens Xavier de Lima"

Estado de São Paulo

Rua Maurício Barbosa Tavares Elias, 314–18150-000 – Ibiúna – SP., - Fone/Fax: (15) 3241-1266 www.ibiuna.sp.leg.br - e-mail: fale@ibiuna.sp.leg.br

JUSTICATIVA

O presente Projeto de Lei visa humanizar o transporte público municipal, reconhecendo a importância dos animais de estimação na vida das famílias ibiunenses, ao mesmo tempo em que estabelece regras claras para garantir segurança, higiene e bem-estar de todos os usuários do sistema.

A exigência de avaliação comportamental e documentação sanitária assegura que apenas animais saudáveis e bem socializados utilizem o transporte coletivo, minimizando riscos e transfornos.

Sala das Sessões, Raimundo de Almeida Lima Ibiúna, 20 de junho de 2025.

Lucas Pires de Moraes Vereador



"Vereador Rubens Xavier de Lima"

Estado de São Paulo

Rua Mauricio Barbosa Tavares Elias, 314–18150-000 – Ibiúna – SP., - Fone/Fax: (15) 3241-1266 www.ibiuna.sp.leg.br - e-mail: fale@ibiuna.sp.leg.br

A PROVADO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

AMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

Eu, Lucas Pires de Moraes, vereador desta Casa de Leis, venho respeite a presença de V. Ex.ª, com fundamento nos artigos 131 e 132 do Regimento Interno desta Câmara Municipal, requerer a votação em caráter de URGÊNCIA ESPECIAL, os Projetos de leis números, 115, 116 e 117.

Termos em que,

Pede Deferimento.

Ibiúna, 24 de junho de 2025.

Lucas do SAMU Vereador PDT

CARLOS RO

LUCAS PIRES DE MORAES Vereador

Alomong

Rodrigo B. Moraes Leite

Jose form

Benedito Aives dos Sentos

... Rodrigo de Lime

Lands Elme

Vereadora Wereadora Mare Municipal da Turistica de Ihii .



"Vereador Rubens Xavier de Lima"

Estado de São Paulo

Rua Maurício Barbosa Tavares Elias, 314–18150-000 – Ibiúna – SP., - Fone/Fax: (15) 3241-1266 www.ibiuna.sp.leg.br - e-mail: fale@ibiuna.sp.leg.br

PARECER CONJUNTO AO PROJETO DE LEI N.º 116/2025

AUTORIA: VEREADOR LUCAS PIRES DE MORAES

RELATOR: VEREADOR RODRIGO DE LIMA

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO; COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO; COMISSÃO DE SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA e COMISSÃO DE OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE, SEGURANÇA PÚBLICA E ATIVIDADES PRIVADAS.

Com fundamento no art. 38 do Regimento Interno desta Casa de Leis, esta Comissão de Justiça e Redação vem, respeitosamente, apresentar PARECER acerca do projeto de Lei nº 116/2025.

EMENTA: O Vereador Lucas Pires de Moraes apresentou à esta Casa de Leis, na sessão ordinária do dia 23 de junho de 2025, o Projeto de Lei Ordinária que "Disciplina o transporte de animais domésticos de pequeno e médio porte no sistema de transporte público coletivo municipal".

I - RELATÓRIO

Trata-se do Projeto de Lei nº 116/2025, de autoria do Vereador Lucas Pires de Moraes, que visa regulamentar o transporte de animais domésticos de pequeno e médio porte no sistema de transporte público coletivo municipal de Ibiúna.

A propositura estabelece critérios específicos para o transporte de animais, incluindo requisitos para obtenção da Carteira de Autorização para Transporte de Animais (CATA), condições sanitárias, comportamentais e regras de conduta durante o trajeto.



"Vereador Rubens Xavier de Lima"

Estado de São Paulo

Rua Maurício Barbosa Tavares Elias, 314–18150-000 – Ibiúna – SP., - Fone/Fax: (15) 3241-1266 www.ibiuna.sp.leg.br - e-mail: fale@ibiuna.sp.leg.br

II - ANÁLISE JURÍDICA

Da Competência Municipal

Em análise à proposta, no âmbito da competência desta Comissão Permanente, opinamos favoravelmente à tramitação do Projeto, pois a matéria atrelada ao referido projeto atende os requisitos estabelecidos no art. 30 da Constituição Federal que versa sobre as matérias que são do interesse e competência dos municípios.

Competência Legislativa e Conformidade Constitucional

O projeto encontra respaldo constitucional na competência municipal para legislar sobre assuntos de interesse local, especialmente no que tange à regulamentação de transporte público e proteção animal.

A iniciativa dialoga diretamente com os princípios constitucionais de proteção ao meio ambiente, bem-estar animal e mobilidade urbana.

Conformidade com a Lei Orgânica Municipal

O projeto está em consonância com a Lei Orgânica Municipal, que prevê a implementação de políticas públicas voltadas à proteção animal, segurança e organização dos serviços públicos.

Conformidade com Legislações Correlatas

Observa-se alinhamento com normas de proteção animal, regulamentações de transporte público e princípios de saúde pública, sem conflitar com normas federais ou estaduais.





"Vereador Rubens Xavier de Lima"

Estado de São Paulo

Rua Maurício Barbosa Tavares Elias, 314–18150-000 – Ibiúna – SP., - Fone/Fax: (15) 3241-1266

www.ibiuna.sp.leg.br - e-mail: fale@ibiuna.sp.leg.br

III - DA REDAÇÃO E ESTRUTURA DO PROJETO

Clareza Normativa

O texto apresenta linguagem clara e objetiva, definindo com precisão os objetivos e mecanismos de implementação do transporte de animais.

Técnica Legislativa

Demonstra adequada técnica legislativa, com articulação lógica dos dispositivos e definição precisa das responsabilidades do Poder Executivo.

Aspectos Operacionais

Prevê a regulamentação pela Secretaria competente, garantindo a operacionalização efetiva da lei.

IV - CONCLUSÃO

Após análise detalhada, concluímos que o Projeto de Lei encontra-se em conformidade com os preceitos constitucionais, a Lei Orgânica Municipal e demais normas aplicáveis.

O projeto representa importante iniciativa de regulamentação do transporte de animais, promovendo segurança, bem-estar animal e organização do serviço público municipal.

Diante do exposto, esta Comissão apresenta parecer FAVORÁVEL à tramitação do projeto em apreço.

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Após análise do impacto orçamentário, esta Comissão manifesta parecer favorável à tramitação do projeto, considerando que os custos decorrentes serão suportados por dotações orçamentárias próprias.





"Vereador Rubens Xavier de Lima"

Estado de São Paulo

Rua Maurício Barbosa Tavares Elias, 314–18150-000 – Ibiúna – SP., - Fone/Fax: (15) 3241-1266 www.ibiuna.sp.leg.br - e-mail: fale@ibiuna.sp.leg.br

COMISSÃO DE SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL E DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Esta Comissão opina favoravelmente, ressaltando a importância da iniciativa para regulamentar o transporte de animais de forma segura e responsável.

COMISSÃO DE OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS, AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE, SEGURANÇA PÚBLICA E ATIVIDADES PRIVADAS

Esta Comissão manifesta parecer favorável, destacando que a propositura contribui significativamente para a segurança pública e o bem-estar animal no transporte coletivo municipal. A regulamentação proposta mitiga riscos potenciais, estabelece critérios sanitários e comportamentais, e promove uma convivência harmoniosa entre passageiros e animais domésticos, alinhando-se com princípios de preservação ambiental e segurança urbana.

SALA DAS COMISSÕES, VEREADOR JOÃO MELLO, EM 24 DE JUNHO DE 2025.

LUCAS PIRES DE MORAES

Presidente da Comissão de Justiça e Redação

RODRIGO DE LIMA

Vice-Presidente da Comissão de Justiça e Redação

CARLOS EDUARDO GOMES

Membro da Comissão de Justiça e Redação

10





"Vereador Rubens Xavier de Lima"

Estado de São Paulo

Rua Maurício Barbosa Tavares Elias, 314—18150-000 – Ibiúna – SP., - Fone/Fax: (15) 3241-1266

www.jbiuna.sp.leg.br - e-mail: fale@ibiuna.sp.leg.br

VEREADOR CARLOS ROBERTO MARQUES JUNIOR

Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

VEREADOR DEVANIR CANDIDO DE ANDRADE

Vice-Presidente Comissão de Finanças e Orçamento

VEREADOR VOLNE GALVÃO

Membro da Comissão de Finanças e Orçamento

LUÇAS VIEIRA RUIVO BORBA

Presidente da Comissão de Saúde, Assistência Social e Direitos da Pessoa com Deficiência

TIAGO GODINHO

Vice-Presidente da Comissão de Saúde, Assistência Social e Direitos da Pessoa com Deficiência

CHARLES GUIMARÃES

Membro da Comissão de Saúde, Assistência Social e Direitos da Pessoa com Deficiência

VEREADOR ABEL RODRIGUES DE CAMARGO

Presidente da Comissão de Obras, Serviços Públ, Agricultura, Meio Ambiente, Seg. Pública e Atividades Privadas

2



ans.

"Vereador Rubens Xavier de Lima"

Estado de São Paulo

Rua Maurício Barbosa Tavares Elias, 314–18150-000 – Ibiúna – SP., - Fone/Fax: (15) 3241-1266 www.ibiuna.sp.leg.br - e-mail: fale@ibiuna.sp.leg.br

VEREADOR BENEDITO ALVES DOS SANTOS

Vice-Presidente da Comissão de Obras, Serviços Públ, Agricultura, Meio Ambiente, Seg. Pública e Atividades Privadas

VEREADOR ADEILTON VIEIRA PINTO

Membro da Comissão de Obras, Serviços Públ, Agricultura, Meio Ambiente, Seg. Pública e Atividades Privadas





Estado de São Paulo

AUTÓGRAFO DE LEI Nº 71/2025

"Disciplina o transporte de animais domésticos de pequeno e médio porte no sistema de transporte público coletivo municipal e dá outras providências."

MÁRIO PIRES DE OLIVEIRA FILHO Prefeito Municipal da Estância Turística de Ibiúna, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei.

FAZ SABER que a Câmara Municipal de Ibiúna aprova e, ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Fica autorizado o transporte de animais domésticos de pequeno e médio porte nos veículos do sistema de transporte público coletivo municipal, observadas as condições estabelecidas nesta Lei.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, consideram-se:

I – animais de pequeno porte: aqueles com peso de até 10

kg (dez quilogramas);

II – animais de médio porte: aqueles com peso entre 10,1
 kg (dez quilogramas e cem gramas) e 25 kg (vinte e cinco quilogramas);

III – transporte público coletivo municipal: ônibus e demais veículos operados mediante concessão ou permissão do Poder Público Municipal.

§ 2º É permitido o transporte de apenas 1 (um) animal por passageiro adulto.

CAPÍTULO II DA CARTEIRA DE AUTORIZAÇÃO PARA TRANSPORTE DE ANIMAIS

Art. 2º. O transporte de animais nos veículos de transporte público coletivo municipal somente será permitido mediante apresentação da Carteira de Autorização para Transporte de Animais (CATA), expedida pelo Canil da Guarda Civil Municipal.

Art. 3º. São requisitos para obtenção da CATA:

I – comprovação de que o animal possui Registro Geral
 Animal (RGA) ativo no município;

 II – comprovação de implantação de microchip, cujo número deverá constar no RGA;

pelo Centro de Controle de Zoonoses ou médico-veterinário credenciado, comprovando:



Estado de São Paulo

Ja +

a) vacinação antirrábica em dia:

b) vacinação polivalente (V8 ou V10 para cães) em dia;

c) ausência de doenças infectocontagiosas ou parasitárias

transmissíveis;

 IV – avaliação comportamental do animal realizada pela equipe técnica do Canil da Guarda Civil Municipal, atestando:

a) sociabilização adequada com pessoas e outros animais;

b) obediência a comandos básicos (sentar, ficar, deitar);

c) ausência de comportamento agressivo ou reativo

excessivo.

§ 1º O tutor deverá assinar Termo de Responsabilidade

declarando:

a) a veracidade de todas as informações e documentos

apresentados;

b) ciência de que o animal somente poderá ingressar no transporte público portando coleira antipulgas e anticarrapatos;

c) responsabilidade civil por eventuais danos causados pelo animal durante o transporte.

§ 2º A avaliação comportamental prevista no inciso IV será realizada mediante agendamento prévio, observando-se protocolo técnico estabelecido em regulamento.

Art. 4º A CATA terá validade de 12 (doze) meses, devendo ser renovada anualmente.

Parágrafo único. Para renovação da CATA, o tutor deverá

apresentar:

I – carteira de vacinação atualizada;

II – comprovante de manutenção do RGA ativo;

III – nova avaliação comportamental do animal, se solicitada pela autoridade competente.

CAPÍTULO III DAS CONDIÇÕES PARA O TRANSPORTE

Art. 5º Durante o transporte, deverão ser observadas as

I – o animal deverá estar usando coleira antipulgas e

anticarrapatos;

seguintes condições:

II – o animal deverá permanecer junto ao tutor,
 preferencialmente no colo ou aos seus pés;

III - cães de médio porte deverão usar focinheira adequada

ao tamanho e raça;

 IV – o tutor deverá portar a CATA original e apresentá-la sempre que solicitado pela fiscalização;

V – é vedado o transporte de animais em horários de pico,

assim definidos:

a) das 6h às 9h;



Estado de São Paulo

b) das 16h às 19h.

§ 1º O motorista ou cobrador poderá recusar o embarque

do animal caso:

a) o veículo já transporte o número máximo de 2 (dois)

animais simultaneamente;

b) o animal demonstre comportamento agressivo ou

descontrolado;

c) não sejam cumpridas as condições estabelecidas nesta

Lei.

§ 2º Os animais não poderão ocupar assentos destinados

a passageiros.

CAPÍTULO IV DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 6º Constituem infrações administrativas:

I – transportar animal sem a CATA: multa de 0,5 UFMI;

II – prestar informações falsas para obtenção da CATA:

coleira

multa de 2 UFMI e suspensão do documento por 6 (seis) meses;

transportar animal sem

antipulgas/anticarrapatos: multa de 0,3 UFMI;

IV - transportar animal em horário de pico: multa de 0,5

UFMI;

V – permitir que o animal ocupe assento de passageiro: advertência na primeira ocorrência e multa de 0,3 UFMI nas reincidências.

Parágrafo único. Em caso de reincidência, as multas

serão aplicadas em dobro.

Art. 7º O tutor responderá civilmente por eventuais danos causados pelo animal a passageiros, funcionários ou ao patrimônio da empresa concessionária.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 8º Ficam isentos das exigências desta Lei:

 I – cães-guia que acompanhem pessoas com deficiência visual, nos termos da legislação federal;

 II – cães de assistência que acompanhem pessoas com outras deficiências, devidamente identificados.

Art. 9º A Guarda Civil Municipal e o Centro de Controle de Zoonoses ficam autorizados a celebrar convênios com entidades de proteção animal e instituições de ensino para implementação do programa de avaliação comportamental.

Art. 10. As empresas concessionárias do transporte público municipal deverão:

desta Lei;



2025.

CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA



Estado de São Paulo

 II – afixar, em local visível nos veículos, aviso sobre as regras para transporte de animais.

Art. 11. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 60 (sessenta) dias contados de sua publicação, estabelecendo:

I - modelo da CATA;

II – protocolo de avaliação comportamental;

III - procedimentos para agendamento e renovação;

IV - demais normas necessárias à sua execução.

Art. 12. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua regulamentação pelo Poder Executivo, observado o prazo máximo estabelecido no art. 11.

GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA, AOS 25 DIAS DO MÊS DE JUNHO DE

PAULO CESAR DIAS DE MORAES

PRESIDENTE

ABEL RODRÍGUES DE CAMARGO

1º SECRETÁRIO

RODRIGO BARBOSA DE MORAES LEITE

2º SECRETÁRIO





Estado de São Paulo

Rua Maurício Barbosa Tavares Elias, 314– 18150-000 – Ibiúna – SP., - Fone/Fax: (15) 3241-1266 www.ibiuna.sp.leg.br - e-mail: fale@ibiuna.sp.leg.br

Ofício GPC nº. 345/2025

Ibiúna, 25 de junho de 2025.

SENHOR PREFEITO:

COPIA

Através do presente, encaminho a Vossa Excelência o AUTÓGRAFO DE LEI Nº. 71/2025, referente ao Projeto de Lei nº. 116 de 2025 de autoria do Nobre Vereador Lucas Pires de Moraes, que "Disciplina o transporte de animais domésticos de pequeno e médio porte no sistema de transporte público coletivo municipal e dá outras providências.", aprovado na Sessão Ordinária realizada no dia 24 p. passado.

Sem mais, valho-me do ensejo para apresentar os protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

PAULO CÉSAR DIAS DE MORAES PRESIDENTE

AO EXMO. SENHOR DR. MARIO PIRES DE OLIVEIRA FILHO DD. PREFEITO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA. N E S T A.

alessedie



Estado de São Paulo Rua Maurício Barbosa Tavares Elias, 314 – 18150-000 – Ibiúna – SP. Fone/Fax: (15) 3241-1266

www.ibiuna.sp.leg.br

e-mail: fale@ibiuna.sp.leg.br

CERTIDÃO:

Certifico que o Projeto de Lei nº. 116 de 2025 de autoria do Vereador Lucas Pires de Moraes, foi protocolado na Secretaria Administrativa da Câmara no dia 24 de junho de 2025, e conforme despacho do Sr. Presidente foi lido no expediente da Sessão Ordinária do dia 24 de junho de 2025, e disponibilizado no site da Câmara.

Certifico que o Projeto de Lei nº. 116 de 2025 recebeu no expediente da Sessão Ordinária do dia 24 de junho de 2025 Requerimento de Urgência Especial nos termos regimentais, para inclusão, discussão e votação na Ordem do Dia da mesma Sessão Ordinária.

Certifico ainda, colocado em votação nominal na Ordem do Dia da Sessão Ordinária do dia 24 de junho de 2025 o Requerimento de Urgência Especial ao Projeto de Lei nº. 116 de 2025 foi aprovado por unanimidade dos Srs. Vereadores; e após a aprovação do Requerimento de Urgência Especial foi apresentado o parecer conjunto das Comissões de Justiça e Redação; Finanças e Orçamento; Saúde, Assistência Social e Direitos da Pessoa com Deficiência, e; Obras, Serviços Públicos, Agricultura, Meio Ambiente, Segurança Pública e Atividades Privadas.

Certifico que devido a aprovação do Requerimento de Urgência Especial e a apresentação de parecer pelas Comissões foi colocado na Ordem do Dia da Sessão Ordinária do dia 24 de junho de 2025 em discussão e votação nominal o Projeto de Lei nº. 116 de 2025, sendo aprovado por quatorze votos favoráveis e um voto contrário do Vereador Charles Guimarães, e devido a aprovação do Projeto de Lei nº. 116 de 2025 foi elaborado o Autógrafo de Lei nº. 71/2025, encaminhado por meio do Ofício GPC nº. 345/2025 de 25 de junho de 2025.

Ibiúna, 26 de junho de 2025.

Marcos Pires de Camargo Diretor Geral



"Vereador Rubens Xavier de Lima"

Estado de São Paulo

Rua Maurício Barbosa Tavares Elias, 314– 18150-000 – Ibiúna – SP., - Fone/Fax: (15) 3241-1266

www.ibiuna.sp.leg.br - e-mail: fale@ibiuna.sp.leg.br

Ofício GPC nº. 477/2025

Ibiúna, 06 de outubro de 2025.

Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal Dr. Mário Pires de Oliveira Filho Nesta.



Assunto: Promulgação de Autógrafos de Lei em virtude de Sanção Tácita.

Senhor Prefeito,

Cumprimentando-o cordialmente, sirvo-me do presente para tratar dos Autógrafos nºs:

Autógrafo	Projeto de Lei Nº	Ofício de Encaminhamento	Data Protocolo	Prazo
Autógrafo Nº 69/2025	PL Nº 114/2025			
Autógrafo Nº 70/2025		Ofício GPC Nº 343/2025	25/06/2025	
Autógrafo Nº 71/2025	PL N° 115/2025	Officio GPC Nº 344/2025	25/06/2025	
	PL Nº 116/2025	Ofício GPC Nº 345/2025	25/06/2025	
Autógrafo Nº 72/2025	PL Nº 117/2025	Ofício GPC Nº 346/2025		
Autógrafo Nº 76/2025	PL N° 024/2025		25/06/2025	
Autógrafo Nº 83/2025		Ofício GPC Nº 382/2025	22/08/2025	
	PL Nº 062/2025	Oficio GPC Nº 423/2025	12/09/2025	-
Autógrafo № 84/2025	PL Nº 118/2025	Ofício GPC Nº 424/2025		
		2. 2.14 424/2025	12/09/2025	

Informo a Vossa Excelência que, decorrido o prazo de quinze (15) dias úteis para sanção ou veto por parte do Poder Executivo, sem qualquer manifestação expressa, os referidos projetos de lei encontram-se tacitamente sancionados, nos termos do Art. 46, § 1º e § 3º, da Lei Orgânica do Município de Ibiúna.

07/10/25



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA ² TURÍSTICA DE IBIÚNA

"Vereador Rubens Xavier de Lima"

Estado de São Paulo

Rua Maurício Barbosa Tavares Elias, 314– 18150-000 – Ibiúna – SP., - Fone/Fax: (15) 3241-1266

www.ibiuna.sp.leg.br - e-mail: fale@ibiuna.sp.leg.br

Conforme o disposto no Art. 46, § 7°, da Lei Orgânica Municipal, e no Art. 216, § 3°, do Regimento Interno desta Casa Legislativa, a não promulgação da lei pelo Prefeito no prazo de quarenta e oito (48) horas após a sanção tácita impõe ao Presidente da Câmara Municipal a obrigação de fazê-lo.

Diante do exposto e considerando que o prazo para a promulgação por parte de Vossa Excelência está em curso e próximo a se esgotar, comunico que, na ausência de tal providência, esta Presidência procederá à promulgação dos Autógrafos de Lei nºs 69, 70, 71, 72, 76, 83 e 84/2025, a fim de assegurar a validade e a vigência da referida norma jurídica, conforme o que lhe é determinado pela legislação em vigor.

Sem mais para o momento, coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente.

PAULO CÉSAR DIAS DE MORAES

Presidente da Câmara



Estado de São Paulo

LEI Nº 2889

De 13 de outubro de 2025.

"Disciplina o transporte de animais domésticos de pequeno e médio porte no sistema de transporte público coletivo municipal e dá outras providências."

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

FAZ SABER que a Câmara Municipal da Estância Turística de Ibiúna aprovou e eu, nos termos do Inciso V do Art. 28 da Lei Orgânica do Município de Ibiúna, promulgo a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1°. Fica autorizado o transporte de animais domésticos de pequeno e médio porte nos veículos do sistema de transporte público coletivo municipal, observadas as condições estabelecidas nesta Lei.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, consideram-se:

I – animais de pequeno porte: aqueles com peso de até 10

kg (dez quilogramas);

II – animais de médio porte: aqueles com peso entre 10,1
 kg (dez quilogramas e cem gramas) e 25 kg (vinte e cinco quilogramas);

veículos operados mediante concessão ou permissão do Poder Público Municipal.

§ 2º É permitido o transporte de apenas 1 (um) animal por

passageiro adulto.

CAPÍTULO II DA CARTEIRA DE AUTORIZAÇÃO PARA TRANSPORTE DE ANIMAIS

Art. 2º. O transporte de animais nos veículos de transporte público coletivo municipal somente será permitido mediante apresentação da Carteira de Autorização para Transporte de Animais (CATA), expedida pelo Canil da Guarda Civil Municipal.

Art. 3º. São requisitos para obtenção da CATA:

1

Estado de São Paulo

I – comprovação de que o animal possui Registro Geral
 Animal (RGA) ativo no município;

 II – comprovação de implantação de microchip, cujo número deverá constar no RGA;

pelo Centro de Controle de Zoonoses ou médico-veterinário credenciado, comprovando:

a) vacinação antirrábica em dia;

b) vacinação polivalente (V8 ou V10 para cães) em dia;

c) ausência de doenças infectocontagiosas ou parasitárias

transmissíveis;

IV – avaliação comportamental do animal realizada pela equipe técnica do Canil da Guarda Civil Municipal, atestando:

a) sociabilização adequada com pessoas e outros animais;

b) obediência a comandos básicos (sentar, ficar, deitar);

c) ausência de comportamento agressivo ou reativo

excessivo.

§ 1º O tutor deverá assinar Termo de Responsabilidade

declarando:

a) a veracidade de todas as informações e documentos

apresentados;

b) ciência de que o animal somente poderá ingressar no transporte público portando coleira antipulgas e anticarrapatos;

c) responsabilidade civil por eventuais danos causados pelo animal durante o transporte.

§ 2º A avaliação comportamental prevista no inciso IV será realizada mediante agendamento prévio, observando-se protocolo técnico estabelecido em regulamento.

Art. 4º A CATA terá validade de 12 (doze) meses, devendo ser renovada anualmente.

Parágrafo único. Para renovação da CATA, o tutor deverá

apresentar:

I – carteira de vacinação atualizada;

II – comprovante de manutenção do RGA ativo;

III – nova avaliação comportamental do animal, se solicitada pela autoridade competente.

CAPÍTULO III DAS CONDIÇÕES PARA O TRANSPORTE

Art. 5º Durante o transporte, deverão ser observadas as

I – o animal deverá estar usando coleira antipulgas e

anticarrapatos;

II – o animal deverá permanecer junto ao tutor,
 preferencialmente no colo ou aos seus pés;

2



Estado de São Paulo

III – cães de médio porte deverão usar focinheira adequada

ao tamanho e raça;

IV – o tutor deverá portar a CATA original e apresentá-la sempre que solicitado pela fiscalização;

V – é vedado o transporte de animais em horários de pico,

assim definidos:

a) das 6h às 9h;

b) das 16h às 19h.

§ 1º O motorista ou cobrador poderá recusar o embarque

do animal caso:

a) o veículo já transporte o número máximo de 2 (dois)

animais simultaneamente:

b) o animal demonstre comportamento agressivo ou

descontrolado:

c) não sejam cumpridas as condições estabelecidas nesta

Lei.

§ 2º Os animais não poderão ocupar assentos destinados

a passageiros.

CAPÍTULO IV DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 6º Constituem infrações administrativas:

I – transportar animal sem a CATA: multa de 0,5 UFMI;

II – prestar informações falsas para obtenção da CATA:

multa de 2 UFMI e suspensão do documento por 6 (seis) meses;

Ш transportar animal sem coleira

antipulgas/anticarrapatos: multa de 0,3 UFMI;

IV - transportar animal em horário de pico: multa de 0,5

UFMI;

V – permitir que o animal ocupe assento de passageiro: advertência na primeira ocorrência e multa de 0,3 UFMI nas reincidências.

Parágrafo único. Em caso de reincidência, as multas

serão aplicadas em dobro.

Art. 7º O tutor responderá civilmente por eventuais danos causados pelo animal a passageiros, funcionários ou ao patrimônio da empresa

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 8º Ficam isentos das exigências desta Lei:

I - cães-guia que acompanhem pessoas com deficiência visual, nos termos da legislação federal;

 II – cães de assistência que acompanhem pessoas com outras deficiências, devidamente identificados.



Estado de São Paulo

Art. 9º A Guarda Civil Municipal e o Centro de Controle de Zoonoses ficam autorizados a celebrar convênios com entidades de proteção animal e instituições de ensino para implementação do programa de avaliação comportamental.

Art. 10. As empresas concessionárias do transporte público municipal deverão:

I - capacitar motoristas e cobradores sobre as normas

desta Lei;

necessário.

II - afixar, em local visível nos veículos, aviso sobre as regras para transporte de animais.

Art. 11. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 60 (sessenta) dias contados de sua publicação, estabelecendo:

I - modelo da CATA:

II – protocolo de avaliação comportamental;

III – procedimentos para agendamento e renovação;

IV – demais normas necessárias à sua execução.

Art. 12. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua regulamentação pelo Poder Executivo, observado o prazo máximo estabelecido no art. 11.

GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA, AOS 13 DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DE 2025.

> PAULO CÉSAR DIAS DE MORAES PRESIDENTE

Publicada na Secretaria Administrativa da Câmara e afixada no local de costume na data supra.

Marcos Pires de Camargo

Diretor Geral



"Vereador Rubens Xavier de Lima"

Estado de São Paulo

Rua Maurício Barbosa Tavares Elias, 314– 18150-000 – Ibiúna – SP., - Fone/Fax: (15) 3241-1266

www.ibiuna.sp.leg.br - e-mail: fale@ibiuna.sp.leg.br

Ofício GPC nº. 520/2025

Ibiúna, 13 de outubro de 2025.

Ao Senhor

Mário Pires de Oliveira Filho

Prefeito da Estância Turística de Ibiúna
Nesta



Senhor Prefeito,

Considerando que o Autógrafo de Lei nº 71/2025, referente ao Projeto de Lei Nº 116/2025 que "Disciplina o transporte de animais domésticos de pequeno e médio porte no sistema de transporte público coletivo municipal e dá outras providências.", foi protocolado junto a Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ibiúna no dia 25 de junho de 2025, por meio do Ofício GPC Nº 345/2025, de 25 de junho de 2025;

Considerando que, decorrido o prazo de que trata o § 1º do Art. 46 da Lei Orgânica do Município de Ibiúna sem manifestação por parte do Poder Executivo, referido Autógrafo é sancionado tacitamente, conforme § 3º do mesmo Art. 46 da LOM.

Considerando que não houve promulgação, por parte do Chefe do Executivo Municipal no prazo de 48 horas após a sanção tácita, conforme o disposto no Art. 46, § 7º, da Lei Orgânica Municipal, e no Art. 216, § 3º, do Regimento Interno desta Casa Legislativa, criando a obrigação ao Presidente da Câmara.

Dessa forma, encaminhamos a Vossa Excelência cópia da Lei nº 2.889, de 13 de outubro de 2025, promulgado pela Presidência da Câmara Municipal, nos termos do Inciso V do Art. 28 da Lei Orgânica do Município de Ibiúna, e desde já requeremos a publicação da mesma na Imprensa Oficial do Município.

Sem mais, valho-me do ensejo para apresentar os protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Paulo Césan Dias de Moraes

Presidente

14/10/25



Estado de São Paulo Rua Maurício Barbosa Tavares Elias, 314 – 18150-000 – Ibiúna – SP.

Fone/Fax: (15) 3241-1266 www.ibiuna.sp.leg.br e-mail: fale@ik

e-mail: fale@ibiuna.sp.leg.br

CERTIDÃO:

Certifico que decorrido o prazo de que trata o § 7º do Art. 46 da Lei Orgânica do Município de Ibiúna sem manifestação por parte do Poder Executivo, foi encaminhado o Ofício GPC Nº 477/2025 de 06 de outubro de 2025 informando do prazo de 48 horas para promulgação do Autógrafo de Lei Nº 71/2025;

Considerando que diante da sação sanção tácita e do transcurso do prazo de 48 horas previsto no § 7º do art. 46 da LOM, foi Promulgada pela Presidência da Câmara Municipal Municipal da Estância Turística de Ibiúna, nos termos do Inciso V do Art. 28 da Lei Orgânica a Lei Nº 2889, de 13 de outubro de 2025 e comunicando ao Chefe do Poder Executivo Municipal por meio do Ofício GPC Nº 520/2025, de 13 de outubro de 2025.

Ibiúna, 14 de outubro de 2025.

Marcos Pires de Camargo Diretor Geral